



Ao Governo do Estado do Rio de Janeiro

À Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Apoio a Escola Técnica

À Assessoria Especial – Setor de Licitações

REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022

AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES (antiga Terceirize Multisserviços Ltda), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.980.538/0001-78, com sede à Av. Presidente Vargas, 3131, sala 602, Cidade Nova, Rio de Janeiro, CEP: 20210-030, Inscrição Estadual Isenta, representada por seu sócio, Rodrigo Pimenta Teixeira, com fulcro no artigo 109 § 2º da LEI 8.666/93 e item 13 do Edital, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face de sua inabilitação, tendo em vista que preenche todos os requisitos dispostos no ato convocatório e deveria ter sido declarada habilitada, conforme razões de fato e de direito que serão expostas.

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Considerando o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da lavratura da ata, portanto a apresentação do presente é tempestiva, conforme estipula o Art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93.



2 – DOS FATOS

A recorrente restou inabilitada, pois conforme a ilma comissão, não atendeu os requisitos de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA previstos no edital, afirmando que não comprovou a execução dos itens da planilha discriminadas no Projeto Básico de parcelas de maior relevância, bem como atestado técnico operacional.

Assim dispõe o item 9.3.4:

9.3.4 Prova de possuir no Acervo Técnico da Empresa, atestado(s) de execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, emitidos por entidades de direito público ou privado, observando ainda as exigências previstas no item 6 (Das parcelas de maior relevância) do Anexo I(Projeto Básico)

Ao se analisar o item 6 do Anexo I, se encontra as seguintes parcelas de maior relevância:

6.1.2. Deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica comprovando a execução dos serviços abaixo, acompanhado de Certidão de acervo técnico (CAT) expedido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo):

ITEM	CÓDIGO ONERADO	CÓDIGO EMOP DESONERADO	DESCRIÇÃO	UN
4.2	11.003.0006-0	11.003.0006-A	CONCRETO DOSADO RACIONALMENTE PARA UMA RESISTENCIA CARACTERISTICA A COMPRESSAO DE 30MPA, INCLUSIVE MATERIAIS, TRANSPORTE, PREPARO COM BETONEIRA, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	M3
4.6	12.005.0030-0	12.005.0030-A	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO 15X20X40CM, ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:8, EM PAREDES DE 0,15M DE ESPESSURA, DE SUPERFÍCIE CORRIDA, ATÉ 3,00M DE ALTURA E MEDIDA PELA ÁREA REAL	M2



AMAZON

SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES

5.1	17.013.0030-0	17.013.0030-A	PINTURA INTERNA OU EXTERNA SOBRE CONCRETO LISO OU REVESTIMENTO, COM TINTA AQUOSA A BASE DE EPOXI INCOLOR OU EM CORES, INCLUSIVE LIMPEZA, E DUAS DEMAS DE ACABAMENTO	M2
5.2	13.001.0030-1	13.001.0030-B	EMBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:4 COM 1,5 CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3	M2
5.3	17.018.0060-0	17.018.0060-A	PREPARO DE SUPERFÍCIES NOVAS, COM REVESTIMENTO LISO INTERNO OU EXTERNO, INCLUSIVE UMA DEMAO DE SELADOR ACRILICO, DUAS DEMAS DE MASSA ACRILICA E LIXAMENTOS NECESSARIOS	M2
10.1	16.005.0007-0	16.005.0007-A	COBERTURA EM TELHAS TRAPEZOIDAIS DE GALVALUME, COM ESPESSURA APROXIMADA DE 0,7 MM, SOBREPOSIÇÃO LATERAL DE UMA ONDA E LONGITUDINAL DE 0,20 M, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS OU HASTES DE ALUMINIO/16"X250MM COM ROSCA, EXCLUSIVE MADEIRAMENTO E CUMEEIRA, MEDIDA PELA ÁREA REAL DA COBERTURA, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2

Referente à capacidade técnico-operacional, o item 6.2.1 do anexo I estabelece:

6.2.1 Para fins de comprovação ao que se pede acima a empresa deverá ser apresentado atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, comprovando haver a empresa licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao desta licitação, em conformidade o disposto no art. 30, inciso II, §§ 2º e § 3º da Lei Federal nº 8.666/93, que poderão constar de atestados diversos, desde que cada item esteja integralmente comprovado em um deles.

A recorrente cumpriu todos os itens do edital, devendo ter sua habilitação deferida, conforme será demonstrado.

4. DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO

A Administração pública exigiu atestado de capacidade técnica IDÊNTICO ao item licitado.

9.3.2.1 A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é (são) vinculado(s) à



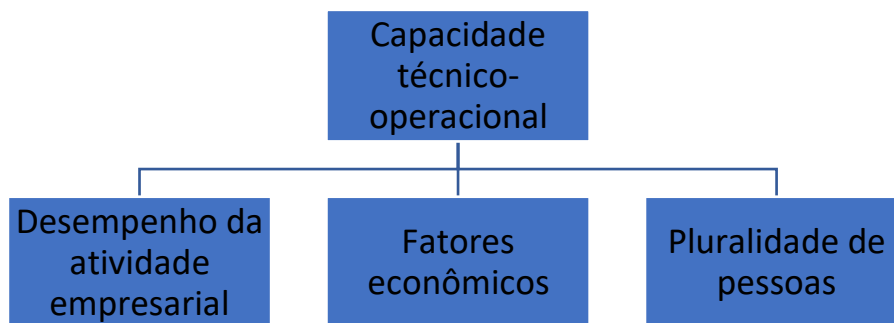
licitante, deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA/CAU, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado, observando ainda as exigências previstas no item 6. (Das parcelas de maior relevância) do Anexo I (Projeto Básico).

Não existe embasamento legal algum para exigir que conste no atestado aptidão de objeto idêntico ao item licitado! Muito pelo contrário, existe VEDAÇÃO LEGAL (Lei 8.666/93, art. 3º) para tal exigência totalmente descabida.

Importante destacar que o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal prevê que o procedimento licitatório “somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

5. DA CAPACIDADE TÉCNICA

Conforme entendimento do TCU a qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial, com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. Não podendo essa capacidade se limitar ao atestado idêntico ao item licitado:



Desse modo, se tem que as licitantes devem preencher os três itens que compõem a definição de capacidade técnico-operacional, bem como a exigência do art. 30, § 10 da Lei 8.666/93.

Mesmo diante da documentação apresentada pela recorrente a Administração Pública entendeu que o subitem 9.3. não foi atendido, pois não apresentou atestado IDÊNTICO ao item licitado. Manter a inabilitação da recorrente na forma que está, gera o indesejado efeito de restringir a competitividade da licitação, afastando do certame potenciais competidores e malferindo os princípios da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

5. DO FORMALISMO MODERADO E DA SIMILARIDADE

O edital exige que a comprovação de experiência tenha sido a execução dos itens “4.2, 4,6,5.1, 5.2, 5.3 e 10.1 (anexo I, item 6)” com características idênticas ao objeto desta licitação, não justificando porque o edital está assim especificado.

O próprio objeto do edital estabelece: contratação de empresa especializada, devidamente regularizada, para prestar, junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica



do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, obra de Reforma do CVT BUZIOS / FAETEC, Situado na Rua: Flexeiras, s/nº - Baía Formosa – Marina – Búzios, Rio de Janeiro.

Não apresenta justificativa alguma para restrição que faz, de exigir atestado IDÊNTICO AO LICITADO. Sendo certo que é possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Conforme previsto no próprio edital:

6.2.1 Para fins de comprovação ao que se pede acima a empresa deverá ser apresentado atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, comprovando haver a empresa licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao desta licitação, em conformidade o disposto no art. 30, inciso II, §§ 2º e § 3º da Lei Federal nº 8.666/93, que poderão constar de atestados diversos, desde que cada item esteja integralmente comprovado em um deles.

É esse o entendimento pacificado do Tribunal de Contas da União, no sentido de admitir a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, a teor do que dispõe o art. §3º do art. 30 da Lei de Licitações.

Assim, a comprovação do licitante de que executou serviços similares basta para comprovar a capacidade técnica-operacional, conforme supra demonstrado.

Manter o edital da forma que está, gera o indesejado efeito de restringir a competitividade da licitação, afastando do certame potenciais competidores e malferindo os princípios da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.



Importante destacar que o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal prevê que o procedimento licitatório *“somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”*.

Muito embora, a Lei de Licitações, tenha indicado em seu art. 30 que podem ser exigidos atestados com o objetivo de comprovar a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como a qualificação da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, a interpretação deve ser feita à luz da Constituição Federal.

Decorre dessa previsão o enunciado da Súmula 263 do TCU que indica ser legal para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, admitindo a similaridade com o objeto a ser contratado, *“a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”*

Desse modo, a apresentação de atestados visa demonstrar que a licitante já executou, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

Nesta mesma linha de afastar possíveis formalismos excessivos nos atestados, o Tribunal de Contas da União tem posicionamento sólido e inclusive determina que havendo qualquer dúvida nos atestados é dever da Administração Pública realizar a competente diligência:



AMAZON

SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES

Licitação para contratação de bens e serviços: **As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário**

(...). **Ao examinar o assunto, a unidade técnica considerou que a inabilitação, pela razão apontada, denotaria excesso de rigor formal, pois a declaração da empresa eliminada afirmava não haver menores trabalhando em seus quadros. Assim, ainda para a unidade responsável pelo processo, “a partir dessa declaração, o gestor público somente poderia concluir pela inexistência de menores aprendizes. Afinal, menores aprendizes são menores. Precedente citado: Acórdão nº 7334/2009-Segunda Câmara. (Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 74 do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 2003/2011-Plenário, TC-008.284/2005-9, Rel. Min. Augusto Nardes, 03.08.2011).**

Esse inclusive foi o entendimento dessa ilma comissão durante os certames Tomada de Preços, Processo Administrativo n.o SEI-260005/006639/2021, e CONCORRÊNCIA PÚBLICA No 004/2021, em que foi constatado o atendimento a todas as exigências constantes no Edital, exigências que são as mesmas do presente certame, vejamos a ata que declara a recorrente habilitada



AMAZON

SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES

expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, conforme exigência do Item 6.5.1, estando as outras participantes Habilitadas. No que se refere à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, através da CI FAETEC/COMISPL SEI Nº6, a Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção fez os seguintes apontamentos: “foi constatado que as empresas participantes atenderam as exigências constantes no Edital, item 6.6 – Qualificação Técnica, estando habilitadas para a Tomada de Preços nº 001/2022”. Por fim, restou **HABILITADA** para próxima fase as empresas: TRATEC CONSTRUÇOES EIRELI, PASSOS SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA, R S BRASIL CONSTRUTORA LTDA, AMAZON SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA, RIVAN CONSTRUTORA EIRELI e MAXIMU'S CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA. Por terem atendido a todas as exigências constantes do edital convocatório. A Comissão faz constar que, na forma do item 16.1 do Edital, as empresas, caso queiram, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, até dia 24 de março de 2022 para apresentação de recursos no Protocolo Central da FAETEC/PROCEN. Os recursos serão disponibilizados no site da FAETEC e nos documentos avulsos do edital no portal do SIGA, os interessados poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis, até dia 31 de março de 2022. Os envelopes “B” ficarão acautelados com a Comissão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que após lida e entendida conforme, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e licitante presente, dando por suspensa a presente sessão, as 10:40 (dez horas e quarenta minutos) para cumprimento do prazo recursal. Rio de Janeiro, 17 de março de 2022.

Assim, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame, a habilitação da recorrente é a medida que se impõe.

6. REQUERIMENTOS

Diante do exposto, e considerando que a AMAZON preenche todos os requisitos de habilitação dispostos no Edital, requer ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação a reconsideração da decisão de inabilitação da recorrente, visto que não e não restou demonstrado no processo licitatório o motivo da exigência exclusiva de atestados IDÊNTICOS ao objeto da licitação ser indispensável à garantia do cumprimento dos serviços a serem contratados, em respeito ao art. 3º da Lei 8.666/1993 e ao princípio da razoabilidade, previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Requer ainda, vistas ao Ministério Público, pois presente possível repercussão patrimonial relevante, sendo caso de intervenção do Parquet, nos termos



AMAZON

SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES

da Deliberação OECPJ nº 30, de 29.08.2011, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e da Recomendação nº 34, de 05.04.2016, do Conselho Nacional do Ministério Público

Rio de Janeiro, 16/05/2022.



AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES

Rodrigo Pimenta Teixeira.